



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 07/2023 da CCJR sobre o Projeto de Lei Complementar nº 02/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que altera disposições da Lei Complementar nº 09/2023 (Código de Posturas), e dá outras providências.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM ANÁLISE

1. O projeto em epígrafe visa alterar disposições da Lei Complementar nº 09/2023 (Código de Posturas), para tratar sobre fogos de artifício.

2. Na Mensagem consta o seguinte:

“Apresentamos a elevada honra de submeter a Vossa Excelência e dignos pares, o projeto de lei que visa proteger a paz e sossego público de forma geral e, especificamente, as pessoas com deficiência, os animais domésticos e as pessoas acamadas no Hospital Regional, colocando-se duras medidas aos infratores e atualizando-se o Código de Postura Municipal em relação a fogos de artificios para permitir somente os de efeitos visuais, denominados fogos de vista. (...)”

3. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

4. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, redação e técnica legislativa** de



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUEIRA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.

5. A matéria se insere na competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da CF/88.

6. A iniciativa legislativa é comum, uma vez que não há previsão legal de que a matéria seja de competência privativa ou exclusiva do Chefe do Poder Executivo ou do Legislativo.

7. **No que se refere à técnica legislativa**, a proposta contém vício de técnica legislativa que pode ser sanado na redação final, a exemplo, não consta a cláusula de vigência da norma.

8. **Diante disso, propomos emenda aditiva para incluir o art. 8º ao projeto, estabelecendo a cláusula de vigência, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 95/1998.**¹

9. Quanto à **juridicidade**, não há óbice para a deliberação da proposta, pois não há vício de inconstitucionalidade formal ou material.

10. **No mérito**, a proposta é de grande relevância, visto que tem o objetivo de proteger a paz e sossego público de forma geral, estabelecendo sanções aos infratores que violem as normas, conforme justificativa apresentada pelo proponente.

11. Por fim, registramos que, para que a presente propositura seja aprovada será necessário o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara (seis votos), em 2 (dois) turnos de votação, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas entre as votações, nos termos do disposto no art. 48, caput e seu inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade e legalidade da proposta, pelo que somos **FAVORÁVEIS** a sua

¹ **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.** Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

deliberação e aprovação pelo plenário da Câmara Municipal, com a análise da emenda sugerida.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2023.

ADIEL DE ANDERMO

Relator

PELAS CONCLUSÕES:

CARLINHOS ASSPA

Presidente

JORGE CARAI

Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Emenda aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que altera disposições da Lei Complementar nº 09/2023 (Código de Posturas), e dá outras providências.

Redação sugerida pela CCJR:

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA: De acordo com o art. 8º da Lei Complementar nº 95/98, a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2023.

ADIEL DE ANDERMO

Relator

CARLINHOS ASSPA

Presidente

JORGE CARAI

Membro